

Tiro, porrada e bomba: cada um por si e salve-se quem puder no RJ

O discurso de Witzel na área é similar ao de alguns antecessores no cargo. Busca-se maximizar a percepção generalizada de insegurança e temor e, com isso, justificar a polícia de espetáculo no lugar da polícia rotineira

Jacqueline Muniz e Arthur Trindade M. da Costa
1 de outubro de 2019

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DO ESTADO RJ



Unidades policiais do RJ têm sido empregadas em operações que deixaram de ser “especiais” e passaram a ser rotineiras, dada a frequência com que ocorrem

Assim que tomou posse, o governador Wilson Witzel decretou guerra contra o crime. Cumpria, assim, sua principal promessa de campanha. Esse tipo de discurso, entretanto, não chega a ser novidade na história do Rio de Janeiro. Em 1987, por exemplo, o então governador Moreira Franco, também havia decretado guerra contra o crime e prometera acabar com a violência em seis meses. Durante o governo Marcelo Alencar (1995-1998) foi estabelecida a gratificação por bravura. A gratificação faroeste, como ficou conhecida a medida, premiava os policiais que matassem bandidos. Há vários outros casos similares. Além de fracassarem no médio prazo, estas iniciativas não possuíam planejamento, coordenação e controle.

Esta situação voltou a se repetir nesse ano. Atualmente a Polícia Civil faz suas próprias operações para atender seus objetivos e necessidades específicas. Tais operações são totalmente separadas daquelas realizadas pela Polícia Militar, que também tem sua própria lógica de atuação. A ideia é que uma polícia não precise contar com a outra no seu funcionamento cotidiano. E, portanto, não precise partilhar objetivos, recursos, informações e modos de ação.

Se a política do confronto não chega a ser novidade, a extinção da Secretaria de Estado de Segurança Pública é uma marca do governo Witzel. O retorno das polícias ao status de Secretarias de Estado é do agrado policial pois permite uma autonomia ainda maior e um controle ainda mais indireto e distante. Tem-se uma aposta deliberada na desinstitucionalização das polícias e no estímulo aos indivíduos policiais. Ou seja, polícias fracas, compostas por sujeitos com poder de polícias fortes. Isto implica no incentivo à transformação do poder de polícia em poder do policial, que reforça ainda mais os processos perversos de autonomização policial, cuja consequência direta são as milícias.

Uma vez que a Secretaria de Segurança Pública foi extinta, não há nenhum órgão capaz de planejar uma política abrangente. Portanto não é possível articular objetivos específicos e tampouco articular as operações policiais. Neste contexto, ficam evidentes as disputas corporativas por prestígio, poder e orçamento. Não há esforços para superar conflitos institucionais rumo a uma articulação interagências e com protocolos comuns de atuação.

A tarefa de integração não é fácil. Mesmo depois da criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) e seu sistema de avaliação de desempenho, continuou existindo uma lógica paralela e dissociada de atuação orientada pela competição por meios e visibilidade. O máximo que se obteve foram “ações conjuntas” pontuais. E, no caso do trabalho rotineiro, verificou-se alguns esforços de colaboração, cuja consistência resultava de redes de relações pessoais afins entre o delegado e o comandante da área.

A falta de planejamento e integração fica mais evidente ainda nas chamadas operações especiais. O Rio de Janeiro possui duas unidades de operações especiais: o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da PMERJ e a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da PCERJ. A PMERJ possui ainda o Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), que frequentemente é empregado em operações que supostamente exigiriam treinamento e equipamentos especializados. Atualmente, várias outras unidades policiais têm sido empregadas em operações que deixaram de ser “especiais” e passaram a ser rotineiras, dada a frequência com que ocorrem.

Estas operações acontecem sem qualquer tipo de coordenação e articulação. A autonomia das unidades operacionais não segue uma política de policiamento que, por sua vez, estaria vinculada a uma política de segurança com metas e objetivos bem definidos. A autonomia operacional atende às territorialidades, suas redes e clientelas das unidades policiais. Como cada unidade tem sua própria guerra a ser travada, o governante acaba por assinar cheques em branco que o obriga a gastar todo seu capital político para justificar o que não decidiu, o que não autorizou, o que não sabe como aconteceu.

A ênfase neste tipo de operação segue derivada de uma “síndrome de cabrito”, o sobe-desce morro. Todas unidades fazem operação pontual, sem efeitos práticos para segurança, mas com consequências gravíssimas para as comunidades. Não se trata de produzir controle sobre território e população, não se trata mais de policiar. Busca-se, maximizar a percepção generalizada de insegurança e temor e, com isso, justificar o circuito de polícia ostentação no lugar da polícia ostensiva, da polícia de espetáculo no lugar da polícia rotineira. Em resumo, prevalece a lógica do tiro, porrada e bomba, cada um por si e salve-se quem puder.

Jacqueline Muniz

Professora da Universidade Federal Fluminense e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Arthur Trindade M. da Costa

Professor da Universidade de Brasília e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-5ehfy>

